

### **PARECER JURÍDICO**

**REFERÊNCIA:** PROCESSO ADMINISTRATIVO nº: 41/2023-CPL/PSMG

**MODALIDADE:** DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 07/2023-0009

**INTERESSADO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EMENTA: CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR DE CURSO DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES. AMPARO LEGAL NA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993. POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO.

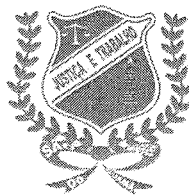
### **RELATÓRIO**

Trata-se de consulta encaminhada pela Diretoria de Licitação e Compras - DLC, especialmente pela Comissão Permanente de Licitação - CPL, para análise quanto à viabilidade de contratação de pessoa jurídica para ministrar curso de capacitação em segurança preventiva para agentes de portaria e vigias nas escolas da rede municipal.

O presente requerimento foi instaurado pela Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de contratar empresa especializada para a referida capacitação. Nota-se, por meio do Ofício n.º 145/2023 - DAF/DGE/Semed, os motivos que versam sobre o pedido. Para este fim foram colacionados aos autos alguns documentos, dentre os quais se destacam: Ofício n.º 145/2023, com a respectiva assinatura do Ilma Sr. Secretário Municipal de Educação solicitando autorização para abertura do processo para a contratação do Curso; Termo de Referência (fls. 02 a 04); Mapa comparativo de pesquisa mercadológica (fl. 12); Justificativa Técnica CPL/SMG fundamento os critérios que foram atribuídos a vencedora (fls. 47 a 49), os autos foram recebido estando autuados e numerados em fls. 01 a 56.

**É o sucinto relatório.**

---



### **PRELIMINAR**

Preliminarmente, cumpre esclarecer que a presente manifestação limitar-se-á à dúvida estritamente jurídica "*in abstracto*", ora proposta e, aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômico-financeiros e quanto a outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração. A emissão deste parecer não significa vinculação ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando a competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria-Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07.

### **ANÁLISE JURÍDICA**

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações. Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...) "XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei o qual



O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

A Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI estabelece o dever de licitar de forma a assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes, em obediência aos princípios da impessoalidade, da isonomia, da publicidade, da moralidade e da legalidade. Nesse mesmo sentido, o art. 3º da Lei n.º 8.666/93, reforça a observância desses princípios e ainda estabelece que a licitação corresponda a procedimento administrativo voltado à seleção mais vantajosa para a contratação desejada pela Administração Pública e necessária ao atendimento do interesse público.

De acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União, a orientação é que no caso de dispensa e inexigibilidade seja obedecida à **coleta de preços**, que por analogia deve obedecer ao procedimento da modalidade convite que exige no mínimo três licitantes.

Nesta linha, a Lei nº 8.666/93, em seu artigo 24 e incisos, traz as hipóteses em que o processo licitatório pode ser dispensado. Neste prisma, transcrevo, a seguir, o inciso II do artigo mencionado:

"Art. 24. É dispensável a licitação: (...) II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".

Ainda, o artigo 23, II, mencionado no dispositivo supra, assim dispõe:

"Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação: (...) II - para compras e



De acordo com a Lei 8.666/93, após a cotação, verificado o menor preço, adjudica-se o serviço àquele que possuir o menor preço, a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, e regularidade fiscal, de acordo com o que reza o art. 27 da Lei 8.666/93, em seus incisos I, II, III, IV.

Em relação ao preço, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios. Neste caso, o Gestor Público, pautado no cumprimento do princípio da economicidade, deve observar se o dispêndio de recursos públicos é compatível com os valores praticados no mercado, a fim de evitar superfaturamentos nas contratações com terceiros.

Além dos requisitos legais autorizadores deve ser demonstrado também que o preço cobrado é compatível com o praticado pelo mercado. Ademais, o Agente Público, na instrução do processo administrativo, deve caracterizar minuciosamente a hipótese de dispensa deflagradora da contratação direta, sob pena de incidir no crime tipificado no artigo 89 da Lei nº 8.666/1993, *in verbis*:

"Art. 89. Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade: Pena - detenção, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa. Parágrafo único.

Na mesma pena incorre aquele que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, beneficiou-se da dispensa ou inexigibilidade ilegal, para celebrar contrato com o Poder Público. Como se vê, cabe ao Gestor agir com muita cautela ao contratar diretamente, uma vez que pode ser punido tanto pela contratação sem amparo na previsão legal quanto pela não observância às formalidades exigíveis para os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação (artigo 26 da Lei nº 8.666/1993).



61  
P

### CONCLUSÃO

*Ex positis*, com fulcro nas disposições normativas pertinentes, esta Assessoria manifesta-se pela legalidade do processo administrativo, **OPINANDO** pela possibilidade da contratação com fundamento no Art 24, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93, devendo o servidor designado para acompanhar o objeto contratado juntar documentos comprobatórios do feito.

Em tempo, deve os autos serem remetidos a Controladoria Municipal para que esta emita parecer final, acerca de todo o procedimento adotado.

São os termos do parecer que submeto a apreciação superior pois se trata de orientação e análise opinativa, não estando a Autoridade vinculada a tal manifestação.

São Miguel do Guamá, 24 de abril de 2023

RADMILA PANTOJA  
CASTELLO

Assinado de forma digital por  
RADMILA PANTOJA CASTELLO  
Dados: 2023.04.24 13:38:30  
-03'00'

---

**RADMILA PANTOJA CASTELLO**

Assessoria Jurídica

OAB/PA n.º 20.908